

03/03/2017 - Sinttel-ES

Contra retrocessos, mulheres organizam greve geral para 8 de março

No Dia Internacional da Mulher, paralisações devem ocorrer em diversos países. No Brasil, elas lutam contra reforma da Previdência e retirada de direitos promovida pelo governo Temer

Convocação para a Greve Internacional de Mulheres no Brasil – 8 de março



**SE NOSSAS VIDAS
NÃO IMPORTAM
QUE PRODUZAM SEM NÓS**

**NEM UMA
A MENOS**
#TodasVivas

INTERNATIONAL
WOMEN'S STRIKE

PARO INTERNACIONAL
DE MUJERES

**GREVE
INTERNACIONAL
DE MULHERES**
parodemujeres.com

Neste 08 de março, a terra treme. As mulheres do mundo nos unimos e organizamos uma medida de força e um grito comum: Greve Internacional de Mulheres. Nós paramos. Fazemos greve, nos organizamos e nos encontramos entre nós. Colocamos em prática o mundo no qual queremos viver.

#NósParamos

Paramos para denunciar:

Que o capital explora nossas economias informais, precárias e intermitentes.

Que os Estados nacionais e o mercado nos exploram quando nos endividam.

Que os Estados criminalizam nossos movimentos migratórios.

Que recebemos menos que os homens e que a diferença salarial chega, em média, a 26% na América Latina.

Que não é reconhecido que as tarefas domésticas e de cuidado são trabalhos não remunerados e adicionam três horas a nossas jornadas laborais.

Que estas violências econômicas aumen-

tam nossa vulnerabilidade diante da violência machista, cujo extremo mais brutal são os feminicídios.

Paramos para reivindicar o direito ao aborto livre e para que não se obrigue nenhuma menina a enfrentar a maternidade.

Paramos para visibilizar o fato de que, enquanto tarefas de cuidado não sejam uma responsabilidade de toda a sociedade, nos vemos obrigadas a reproduzir a exploração classista e colonial entre mulheres. Para ir ao trabalho, dependemos de outras mulheres. Para migrar, dependemos de outras mulheres.

Paramos para valorizar o trabalho invisível que fazemos, que constrói redes de apoio e estratégias vitais em contextos difíceis e de crise.

Assista ao vídeo: <http://migre.me/wbE3B>

#NãoEstamosTodas

Paramos porque estão ausentes as vítimas de feminicídio, vozes apagadas violentamente ao ritmo assustador de treze (13) por dia só no Brasil.

Estão ausentes lésbicas e travestis assassinadas por crimes de ódio.

Estão ausentes as presas políticas, as perseguidas e as assassinadas em nosso território latino-americano para defender a terra e seus recursos.

Estão ausentes as mulheres presas devido a delitos menores que criminalizam as formas de sobrevivência, enquanto os crimes corporativos e o tráfico de drogas permanecem impunes porque beneficiam o capital.

Estão ausentes as mortas e as presas por abortos inseguros.

Diante de lares que se tornam um verdadeiro inferno, nós nos organizamos para nos defendermos e cuidarmos umas das outras.

Diante do crime machista e da pedagogia da crueldade, diante da tentativa dos meios de comunicação de nos vitimizar e de nos aterrorizar, fazemos do luto individual um consolo coletivo e da raiva, uma luta compartilhada. Contra a crueldade, mais feminismo.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

#NósNosOrganizamos

Nós usamos a estratégia da greve porque nossas demandas são urgentes. Fazemos da greve de mulheres uma medida ampla e atualizada, capaz de abrigar a empregadas e desempregadas, a assalariadas e as que cobram subsídios, a autônomas e estudantes, porque todas somos trabalhadoras. Nós paramos.

Nós nos organizamos contra o confinamento doméstico, contra a maternidade compulsória e contra a competição entre as mulheres, práticas impulsionadas pelo mercado e pelo modelo de família patriarcal.

Nós nos organizamos em todas as partes: nas casas, nas ruas, no trabalho, nas escolas, nas feiras, nos bairros. A força do nosso movimento está nos laços que criamos entre nós.

Nós nos organizamos para mudar tudo isso.

#InternacionalFeminista

Nós tecemos um novo internacionalismo. A partir das situações concretas em que estamos, nós interpretamos a conjuntura.

Vemos que, diante do avanço neo-conservador na região e no mundo, o movimento das mulheres emerge como potência de alternativa.

Que a nova "caça às bruxas", que agora persegue o que nomeia como "ideologia de gênero", tenta justamente combater e neutralizar nossa força e quebrar nossa vontade.

Diante das múltiplas desapropriações, das expropriações e das guerras contemporâneas que têm a terra e os corpos das mulheres como territórios favoritos de conquista, nós nos incorporamos política e espiritualmente.

#ODesejoNosMove

Porque **#VivasELivresNosQueremos**, nos arriscamos em alianças incomuns.

Porque nos apropriamos do tempo e construímos juntas a disponibilidade. Fazemos da nossa reunião um alívio e uma conversa entre aliadas; das assembleias, manifestações; das manifestações, uma festa; e da festa, um futuro em comum.

Porque **#EstamosJuntas**, este 8 de março é o primeiro dia de nossa nova vida.

Porque **#ODesejoNosMove**, 2017 é o momento da nossa revolução.

#NiUnaMenos

#VivaNosQueremos

(Texto traduzido e adaptado à realidade brasileira a partir da convocatória feita pelo movimento argentino **#NiUnaMenos**)

03/03/2017 - CUT

Governo ilegítimo sanciona desmonte da EBC

Desde o golpe consumado, a EBC foi um dos primeiros alvos do governo ilegítimo de Temer

O governo ilegítimo conseguiu fazer mais um desmonte. Nesta quinta-feira, 01, Michel Temer sancionou, com vetos, a lei altera a estrutura EBC (Empresa Brasil de Comunicação), acaba com o Conselho Curador e põe fim ao mandato do presidente da estatal, que poderá ser substituído a qualquer momento.

Esse processo de desmonte na EBC através da Medida Provisória 744/16, deverá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) por parte de organizações da sociedade civil que lutam em defesa da comunicação pública.

O texto sancionado nesta quinta afirma que a empresa será administrada por um Conselho de Administração e por uma diretoria executiva, contando ainda com o Conselho Fiscal e o Comitê Editorial e de Programação.

Para o secretário de Comunicação da CUT Nacional, Roni Barbosa, essa é mais uma decisão lamentável do governo que fere um direito fundamental para a democracia, que é a comunicação pública.

"A resistência será feita e sabemos que essa MP é inconstitucional. Não podemos deixar que uma experiência como essa de fortalecer a luta em defesa de uma comunicação plural, inclusiva, visando no interesse público, seja destruída por um governo golpista".

A EBC foi criada em 2008 no governo do ex-presidente Lula cujo o objetivo era cumprir o papel constitucional de organizar e fortalecer o campo público da comunicação. Desde o golpe consumado, a EBC foi um dos primeiros alvos do governo Temer, que logo após assumir interina e ilegítimamente o poder tratou de destruir a principal conquista

obtida pela sociedade brasileira no setor das comunicações.

Confira os principais pontos negativos da MP 744/16 sancionado por Temer

1. É inconstitucional

* Inconstitucionalidade formal: Não está presente a urgência ou relevância, duplo requisito constitucional para a edição de medidas provisórias. Onde residiria a urgência constitucional de reformulação da estrutura de uma empresa pública que vem desenvolvendo, na mais absoluta normalidade, suas atividades?

* Inconstitucionalidade material: A existência de um sistema de comunicação pública, não-governamental, tem por objetivo assegurar a efetiva realização da liberdade de manifestação do pensamento, pela possibilidade de serem ouvidas outras vozes, além daquelas emitidas pelo Poder e pelo mercado (artigo 220 da Constituição: "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição"). Ao se amputar os dois principais mecanismos da estrutura administrativa da EBC existentes para assegurar a autonomia e o cumprimento dos demais princípios e objetivos do sistema (extinção do Conselho Curador e do mandato de seus dirigentes) se está criando uma efetiva restrição à livre circulação das informações. Além disso, ao aniquilar com a experiência de implantação de um sistema público no País, ao lado do estatal e do privado, a MP também desrespeita o artigo 220 da CF que trata da complementaridade entre os sistemas.

Leia mais em: <http://migre.me/wbDka>



03/03/2017 - CUT

Terceirização sem limites vai destruir direitos trabalhistas

Projeto que trata do trabalho temporário inclui trecho que abre as portas para precarização total

Sob comando do ilegítimo Michel Temer (PMDB), a Câmara dos Deputados pode dar mais um golpe na classe trabalhadora e jogar no lixo, na próxima terça-feira (7), a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e todos os direitos trabalhistas.

Um acordo de líderes da base do governo, na próxima segunda (6), pode garantir a votação do PL 4.302/1998 (Projeto de Lei), enviado ao Congresso pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que trata do trabalho temporário e autoriza a terceirização sem limites. Caso seja aprovado na Câmara, o texto dependerá apenas de sanção presidencial.

Em 2003, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a retirada de tramitação do PL, mas o texto ficou engavetado. Ao comando de Temer, a Câmara ressuscitou o texto, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça com relatoria do deputado Laercio Oliveira (SD-SE).

Antes, já havia recebido parecer favorável na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público do relator, deputado Sandro Mabel (na época PR-GO), assessor especial de Temer no Palácio do Planalto.

Tanto Oliveira quanto Mabel são empresários, o primeiro, ex-presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza Conservação (Febrac), setor em que impera a terceirização, e atualmente ocupa o cargo de vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

A arapuca armada pela Câmara ataca em duas frentes: atualmente, a legislação permite que o temporário seja contratado em caso de "necessidade transitória de substituição" ou "acréscimo extraordinário de serviços". Caso em que o trabalhador é afastado por licença ou no comércio durante o Natal, portanto, em caráter excepcional.

Atualmente, os temporários devem ter asseguradas as mesmas condições dos empre-

gados permanentes da empresa tomadora de serviço em pontos como férias, repouso semanal remunerado, adicional por trabalho noturno, indenização por dispensa sem justa causa ou término normal do contrato.

Reforma de fato

Na prática, o texto defendido por Temer e aliados propõe a reforma trabalhista que desejam e põe por terra a legislação atual. O PL elimina o caráter 'extraordinário' da contratação ao aumentar a permissão do trabalho temporário para seis meses, com possibilidade de até mais 90 dias, eliminando, portanto, o conceito de temporário. O temporário também não terá direito à multa de 40% sobre o FGTS e ao aviso prévio em casos de demissão sem justa causa.

Além disso, autoriza a implementação na atividade-fim da empresa, a principal, e nas atividades rurais. Na prática, a terceirização sem limites, o que permitirá a existência de empresas sem trabalhadores diretamente vinculados. Atualmente, apenas é permitida a terceirização em atividades de apoio como limpeza e alimentação.

Nessa relação entre patrões e trabalhadores, a responsabilidade deixa de ser solidária e passará a ser subsidiária. No primeiro modelo, a empresa contratante paga os direitos e salários devidos pela terceirizada, caso esta desapareça e deixe o trabalhador na mão, caso muito comum nessa forma de contratação. No segundo caso, o empresário só pagará se a Justiça assim determinar após longa batalha jurídica.

Traidores

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, a tramitação do projeto é uma traição por parte dos parlamentares e representa o desprezo total pela democracia.

"Em dezembro fizemos conversa com o Rodrigo Maia (presidente da Câmara) e com o Eunício Oliveira (presidente do Senado) que se

comprometeram em não colocar em votação o PL 4302 e disseram ser contra terceirização na atividade-fim. São traidores, inclusive da democracia, porque não respeitaram as audiências públicas organizadas pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que levou a discussão sobre o PLC 30 – leia mais abaixo - a todo o país e ouviu por unanimidade, a rejeição à terceirização na atividade-fim", falou.

Para a técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) Adriana Marcolino a medida é um tiro no pé em época de crise.

"Os empresários utilizavam o argumento de que a terceirização serviria para a empresa se dedicar à atividade principal, mas se ela ocorre na atividade-fim, a justificativa passa a ser somente o lucro em detrimento dos direitos e condições dignas de trabalho. Os trabalhadores serão substituídos por outros que ganharão menos, terão menos direitos e trabalharão mais. Isso não gera emprego e ainda resulta em piores serviços, pior qualificação e mais acidentes e doenças que serão pagas pelo serviço público custeado pela sociedade", aponta.

Resposta

Diante deste cenário, a CUT e membros da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, o Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e o Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social se reúnem na próxima terça-feira, às 9h30, no Plenário 14 da Câmara para discutir os ataques aos direitos trabalhistas e visitar os gabinetes de líderes partidários.

Às 14h, uma audiência pública na Comissão Especial da Reforma Trabalhista também tratará do tema. A Central também promoverá uma mobilização na próxima semana nos gabinetes dos parlamentares para alertar que serão punidos nas urnas em 2018 caso imponham esse assalto à classe trabalhadora

Leia mais em: <http://migre.me/wbDkq>



03/03/2017 - Telesíntese

Telebras vai terceirizar operação e manutenção de toda sua rede. E dos centros de operação do satélite

A audiência pública para debate dos termos de referência do edital de terceirização do backbone nacional da operadora estatal e dos centros de operação do satélite (rede terrestre) será realizada no dia 24 de março, em Brasília. No dia 21 será lançado o satélite brasileiro, o SGSC, da base de Kouru, na Guiana.

Depois de abrir mão de controlar integralmente a comercialização do satélite brasileiro, o SGDC – 80% da parte civil de sua capacidade vai ficar com operadoras privadas –, a Telebras tomou outra decisão no sentido de ampliar sua parceria com a iniciativa privada. Vai terceirizar integralmente a operação e manutenção de todo o seu backbone nacional que dá suporte ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL para uma empresa ou consórcio de empresas.

E também vai colocar nas mãos da iniciativa privada a operação e manutenção do Centro de Operações do satélite em Brasília, o COPE-P, e do instalado no Rio de Janeiro, o COPE-S. No caso dos dois centros de operações, o edital esclarece que a terceirização vai cobrir “somente os equipamentos de infraestrutura e de rede terrestre”. Também farão parte deste contrato guarda-chuva os equipamentos de infraestrutura e da rede terrestre das estações de acesso (gateways) e dos terminais CMS do projeto SGDC.

De acordo com o Termo de Referência, disponível no site da empresa, a operação e manutenção da Rede Nacional de Telecomunicações inclui, ainda, todas as atividades necessárias para a operação e manutenção preventiva, preditiva e corretiva da rede terrestre da Telebras, a manutenção de equipamentos de telecomunicações, de toda a parte de infraestrutura (torres, postes, contêineres, dutos, subdutos), sistemas de energia e sistemas de rede, incluindo aí as redes ópticas, os radioenlaces, as redes de acesso metropolitanas, as redes IP, a gerência de rede e o suporte técnico em todos os níveis.

O prazo do contrato é de 36 meses, podendo se prorrogado até o total de 60 meses. As dúvidas relativas ao Termo de Referência podem ser esclarecidas por e-mail e a audiência pública do referido edital está marcada para o dia 24 de março, a partir das 9 e 30, na sede da empresa, em Brasília (SIG – Quadra 04 – Bl. A – Salas 201 a 224 – Edifício Capital Financial Center – Brasília – DF. Telefone: 61-2027.1205)

05/03/2017 - RBA

Por fraude em terceirização, Pirelli é condenada em R\$ 1 milhão

A Pirelli Pneus e a empresa prestadora de serviços TLM Total Logistics foram condenadas pela justiça do Trabalho ao pagamento de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos pela prática de terceirização fraudulenta. A sentença, proferida em 23 de fevereiro, resultou de ação civil pública movida contra ambas as empresas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo, iniciada em 2015. As informações são da Assessoria de Comunicação do MPT.

O caso começou em 2008, após denúncia do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeepres) que motivou uma fiscalização do Ministério do Trabalho na fábrica da Pirelli em São Bernardo do Campo. Os fiscais verificaram que a fabricante vinha terceirizando para a TLM a produção de pneus e câmaras de ar. Pela legislação, essas são consideradas “atividades fim” da empresa, e deveriam ser realizadas somente por trabalhadores empregados diretamente pela própria Pirelli.

Segundo a procuradora do Trabalho Denise Lapolla Andrade, que ajuizou a ação representando o MPT, os trabalhadores terceirizados ganhavam, na época, quase R\$ 1 a menos

por hora do que os empregados diretos que realizavam as mesmas funções, de auxiliar de embalagem de câmara de ar e de operador de guilhotina. Além disso, empregados diretos e empregados terceirizados são filiados a diferentes sindicatos, com diferentes acordos coletivos.

“Essas diferenças de tratamento são ilegais e prejudicam as relações de trabalho”, afirmou a procuradora. “Os terceirizados (da Pirelli) contam com um patamar bastante inferior de direitos e benefícios, o que demonstra o tratamento discriminatório e a precarização das condições de trabalho ocasionados pela terceirização ilícita”, completou.

Em 2013, o MPT propôs à empresa a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que ela corrigisse a ilegalidade, contratando os terceirizados que vinham realizando atividades fim. Entretanto, em todas as audiências às quais foi chamada, a Pirelli demonstrou desinteresse pelo TAC, o que obrigou o órgão a processá-la em 2015.

Fim e meio

Para o MPT, a terceirização é um problema quando aplicada nas chamadas atividades

fins (ou essenciais) da empresa. “As atividades essenciais são a destinação da empresa, o seu empreendimento, normalmente expresso em seu contrato social”, diz Denise Lapolla. No caso da Pirelli, atividade fim é justamente o trabalho da confecção dos pneus e câmaras de ar.

“Os defensores da terceirização alegam que a sua utilização tem o objetivo de aumentar a eficiência das empresas, já que estas podem concentrar-se na persecução de seus verdadeiros objetivos sociais”, diz a procuradora. O problema surge quando ela vira estratégia fraudulenta de busca pelo lucro máximo às custas dos trabalhadores terceirizados.

Já a atividade meio é aquela que não faz parte do objetivo da empresa, não está ligada ao seu processo de produção, mas que mesmo assim é conveniente ou necessária. Exemplos disso, no caso de uma fabricante de pneus, seriam contabilidade, faxina, atendimento ao consumidor. Em tese, a terceirização dessas atividades é permitida – desde que sejam respeitados todos os direitos trabalhistas dos terceirizados, o que muitas vezes não ocorre.

06/03/2017 - Altamiro Borges

Rejeição a Temer vai a 89% nas redes sociais



O covil golpista de Michel Temer aumentou as verbas publicitárias na mídia tradicional e nas redes sociais para difundir mentiras, espalhar terrorismo e melhorar sua imagem na sociedade. A "propina" aos donos dos jornalões, revistas e emissoras de rádio e tevê e também aos "youtubers" e ativistas digitais mercenários tem sido descarada. Pelo jeito, porém, as campanhas milionárias não têm surtido efeito. Neste domingo (5), a versão brasileira do jornal espanhol El País publicou um estudo sobre a popularidade no usurpador na internet. O resultado é desastroso, um recorde de rejeição. Segundo o levantamento, 89% das manifestações no Facebook e no Twitter são contrárias ao chefe de quadrilha que assaltou o poder no Brasil.

Vale conferir a reportagem do El País, assinada pelas jornalistas Car-

la Jiménez e Marina Rossi:

Corrupção e reforma da Previdência elevam rejeição a Temer a 89% nas redes sociais

Que o Brasil está rachado num movimento de polarização política não é novidade para ninguém. Desde 2014 as brigas reais e virtuais entre os que se julgam mais à direita e os que se definem mais à esquerda estão ao alcance de um clique. Mas há um tema que aproxima simpatizantes dos dois polos, embora suas respectivas bolhas não interajam a respeito: a rejeição ao governo do presidente Michel Temer. Um levantamento da empresa de inteligência digital Veto, feito com exclusividade para o El País, mostra que durante todo o mês de fevereiro 89% das manifestações relacionadas a Temer no Facebook e Twitter foram negativas para ele, independentemente do perfil político do usuário.

O monitoramento levou em conta um universo de 30.000 pessoas usuárias do Facebook e Twitter. A Veto relacionou os comentários dos usuários sobre política e avaliou as páginas e perfis seguidos por eles. Por isso é possível observar para qual polo ideológico esses internautas pendem. Pela análise, quem se encontra mais à direita segue perfis como o de Sergio Moro, Aécio Neves, Jair Bolsonaro e sites anti-PT. Já os que se consideram mais à esquerda seguem o perfil de Lula, Dilma Rousseff, Jean Wyllys e Ciro Gomes.

A alta rejeição popular de Temer não é novidade. Vem sendo captada pelas pesquisas de opinião tradicionais – 51% consideram o governo ruim ou péssimo e 10% avaliam a gestão do peemedebista como ótima ou boa, segundo a última pesquisa do Datafolha, realizada em dezembro. O estudo da Veto, entretanto, dá matizes deste descontentamento entre a opinião pública polarizada.

Leia mais em: <http://migre.me/wbDKp>

04/03/2017 - Brasil de Fato

Aumento na conta de luz pode significar um incentivo às privatizações de estatais

A conta bilionária será para pagar nove empresas de energia elétrica

Os motivos apresentados pelo governo não eleito de Michel Temer para autorizar o aumento da conta de luz podem ser outros que os declarados oficialmente. A longo prazo o valor de R\$ 62,2 bilhões de indenização que serão pagos pelos brasileiros através da conta de luz, irão criar um grande atrativo para privatizações das empresas concessionárias de energia elétrica, segundo Gilberto Cervinski, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

"Com o golpe, tem um novo redireciona-

mento do setor elétrico, que é a privatização completa das empresas. Das nove empresas, grande parte delas, são estatais. O que vai ocorrer no cenário futuro? Essa receita dos 62 bilhões vai entrar nos próximos oito anos, não entra de imediato. Então o que o governo está fazendo é na verdade estabelecendo uma receita futura para incentivar a privatização imediata dessas empresas".

É o que também assinala o engenheiro e professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Dorival Gonçalves Júnior. "O

governo está indicando que essas empresas vão ter um crescimento de fluxo de caixa anual, além delas terem um potencial enorme de receita em função do que elas crescem. E pela forma como está organizada a indústria, essas empresas estão apontado para os próximos oito anos a arrecadação de quase a totalidade desses 62 bilhões. Então se eles apontarem para a privatização dessas empresas, elas vão ficar altamente atrativas para o mercado".

Leia mais em: <http://migre.me/wbDUM>